

EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DO RIO GRANDE DO SUL E SUAS ESPECIFICIDADES: COMERCIALIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

**¹Nascimento, Fabio Schwab do Nascimento ²Silveira, Paulo Roberto Cardoso da
³Beskow, Paulo Roberto**

RESUMO

Este trabalho busca, de forma preliminar, apresentar os resultados de pesquisa realizada como parte do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural na Universidade Federal de São Carlos. Neste estudo, objetivou-se compreender as especificidades das experiências em agricultura ecológica no Rio Grande do Sul em relação à concepção de organização de seus produtores e às suas formas de comercialização exploradas.

Para desenvolver o presente trabalho, será utilizado um estudo de caso, tendo como objeto de estudo as experiências no Rio Grande do Sul. As experiências escolhidas foram as promovidas pelas ONGs: COOPAECIA(Ipê-RS), CAPA(Santa Cruz do Sul - RS), CETAP(Passo Fundo-RS).

Realizou-se a análise socioeconômica destas experiências, observando de que forma as suas formas de organização e comercialização influem nos resultados alcançados.

INTRODUÇÃO

As experiências agroecológicas do RS se diferenciam devido à forma em que surgiram. A experiência gaúcha, por exemplo, tem sua formação ligada às pastorais das igrejas tanto católica como evangélica, assumindo contornos específicos de natureza social, política e filosófica.

As experiências agroecológicas no RS possui características diferenciadas tanto na organização da produção como nas formas de comercialização. No tocante à produção, nas experiências gaúchas, privilegia-se a organização de grupos, associações

¹ Discente do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCAR

² Docente da UFSM

³ Docente do Programa de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCAR

e cooperativas. Já em relação à comercialização, priorizam-se as formas diretas entre agricultor e consumidor evitando-se, assim, a indústria e os atravessadores. Nesse sentido, no RS destacam-se as feiras de produtores.

Outra diferenciação entre as experiências gaúchas e as demias é no que se refere à certificação dos produtos como ecológicos, já que no RS a certificação é participativa e solidária por meio da REDE ECOVIDA. Em outros estados, como o de São Paulo, adota-se a certificação por agente externo baseada em princípios e normas técnicas de produção e lançada pelo IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*) através do IBD, AAO, ANC, MOA.

No presente trabalho, pretende-se também analisar a vitalidade destas experiências. Isso será feito avaliando a sua capacidade de sustentação no tempo, além dos limites que estão enfrentando devido às mudanças na relação produtor-consumidor que tem ocorrido nos últimos anos.

É importante destacar que, neste projeto, adota-se a definição de Agroecologia como a ciência que apresenta uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar ecossistemas (Altieri,1998).

A agroecologia vê os sistemas produtivos como unidades, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e a relação sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. E sendo um conceito está constantemente mudando em resposta às transformações nos contextos naturais, sociais e políticos (Costabeber,1998) .

OBJETIVOS

- Entender como se dá comercialização de produtos agroecológicos nas experiências estudadas;
- Entender como se dá a relação com o mercado;
- Estudar a importância das feiras como canal de comercialização de produtos agroecológicos.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

Contextualizando a Comercialização de produtos ecológicos no RS

A Origem da Agricultura ecológica remete ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980 em nível nacional e especialmente na região sul do Brasil, devido ao aumento das críticas ao padrão tecnológico da Revolução Verde. Junto a este fato, foi se consolidando uma série de experiências e iniciativas dirigidas à busca de modelos tecnológicos menos agressivos com o meio ambiente e mais adequado às condições sociais e econômicas dos agricultores familiares.

Na década de 1980 cresceram os movimentos sociais e suas organizações, somando-se a eles as ONG's e as diversas formas organizativas já existentes. A noção de "tecnologias alternativas" foi utilizada por muitas ONGs como o principal argumento contrário ao "pacote tecnológico" da Agricultura convencional (...) buscando recuperar, experimentar e difundir tecnologias socialmente apropriadas aos pequenos agricultores. Já no começo dos anos 1990 se constata um incremento do número de organizações de agricultores (clubes, associações de agricultores, grupos comunitários) interessados no processo de "ecologização" da agricultura. (COSTABEBER,1998).

A agroecologia no Rio Grande do Sul, como base epistêmica dos processos agrícolas é constituída neste contexto, a partir da década de 1980, consolidando-se como referência alternativa ao modelo agrícola dominante no país. As experiências de agricultura ecologia no Rio grande do Sul desenvolvem-se centradas nos seguintes objetivos: orientar, conscientizar, apoiar e acompanhar os pequenos agricultores através de reuniões, seminários com jovens, palestras e outras formas de atuação.

Estas experiências em agricultura ecológica no Rio Grande do Sul tem sua formação ligada às pastorais das igrejas tanto católica como evangélica, assumindo contornos específicos de natureza social, política e filosófica.

Fonseca e Feliconio (2000) indicam, no entanto, a existência de duas concepções ideológicas conflitivas entre os partidários da agricultura ecológica. De um lado, os que querem desenvolver a agricultura ecológica ligada aos organismos de desenvolvimento e às firmas, caso dos estados de São Paulo e no Rio de Janeiro e as associações de produtores criadas nas diversas regiões do país a partir da segunda metade dos anos 90. De outro, os que afirmam sua independência em relação a estes atores como as experiências do Rio Grande do Sul muitas ligadas, sobretudo às opções defendidas pelas ONG's. Para estas o papel dos seus técnicos é mais político e ideológico do que técnico

(Almeida, 1999), sendo que as dificuldades técnicas parecem sempre minoradas e as questões econômicas mais concretas são minimizadas. Das informações e análises sobre comercialização e suas tendências, por exemplo, elas se detêm apenas sobre aquelas mais gerais, as quais indicam que os sistemas de produção sustentável têm um futuro garantido.

Outra diferenciação entre as experiências gaúchas e as demais é no que se refere à certificação dos produtos, já que no Rio Grande do Sul a certificação é participativa e solidária por meio da REDE ECOVIDA. Em outros estados, como o de São Paulo, adota-se a certificação por agente externo baseada em princípios e normas técnicas de produção e lançada pelo IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*) através do IBD, AAO, ANC, MOA entre outros⁴.

Estudos como os de Costabeber (1998), Meirelles (2001), Storch (2004), Schutz (2006), Lovatto (2007) e outros mostram a consolidação das feiras como o principal canal de comercialização dos produtos “ecológicos” no Rio Grande do Sul, sendo poucas experiências oriundas de outras formas de comercialização.

Mas este tipo de comercialização enfrenta problemas e limitações devido às mudanças do hábito do consumidor preferindo fazer suas compras em supermercados e não se dispendo em ir às feiras. Este fato pode ser verificado pelo grande aumento das cestas de produtos entregues a domicílio, as cooperativas de consumidores urbanos de alimentos diferenciados, pequenas lojas de produtos ecológicos e naturais/integrais, o mercado institucional (compras do governo federal, estadual ou municipal) para abastecimento de estruturas de serviços públicos e as redes varejistas e os supermercados que estão assumindo um papel de destaque na evolução do setor que já contribui com 1% de seu faturamento. Em 2008, a rede Pão de Açúcar teve um crescimento anual de 40% na venda de produtos orgânicos, que ocupam cada vez mais espaço nas gôndolas.

Embora ainda mais de 70% da produção brasileira ainda é destinada ao mercado internacional, a consolidação de marcas com produtos orgânicos industrializados (e não apenas in natura) e comercializados em expansivo número de pontos de venda começa a mudar este panorama(Silveira, 2009;Silveira, 2010)..

⁴ IBD – Instituto Biodinâmica
AAO – Associação de Agricultura Orgânica
ANC – Associação de Agricultura Natural
MOA – Fundação Mokiti Okada

Outro motivo é a reestruturação por qual está passando o setor de alimentos, acarretando novos tipos de relacionamentos entre os agentes das cadeias produtivas, sendo necessário para o segmento de produtos “ecológicos” analisar estas tendências, para que consigam elaborar posicionamentos e alternativas estratégicas que possibilitem a alavancagem das suas vendas e, principalmente, para que permaneçam neste mercado os atuais produtores, que foram os indutores iniciais de todo o processo.

Em pesquisa de doutorado, Silveira (2010), demonstra que a viabilidade das experiências de agricultura ecológica do Rio Grande do Sul está calcada na possibilidade de exercitar diversos canais de comercialização, sendo a diversidade de rotas até o consumidor o fator principal para sua sobrevivência. Trata-se, segundo o autor, de compatibilizar os canais tradicionais de comercialização direta com a venda para lojas especializadas, supermercados, exportação para mercados de comércio justo e o mercado institucional.

De acordo com ASSIS (1993) e JUNQUEIRA & LUENGO (2000), o consumo de produtos originários da agricultura orgânica tem se caracterizado como um segmento diferenciado de mercado, no qual a segurança alimentar aliado ao não uso de agrotóxicos é decisiva na opção de consumo.

Conforme Laércio Meirelles é a tendência de busca de grandes redes de supermercados e canais de exportação como principais estratégias de comercialização para os produtos ecológicos que está levando a um quadro de elitização do consumo desses produtos. Contrariando essa tendência, as ONG's têm buscado privilegiar os mercados locais para o escoamento de sua produção.

Segundo Meirelles (2001) são vários os fatores que fazem muitos produtores agroecológicos utilizarem "técnicas alternativas", mas optarem por um "mercado convencional". Deles, podemos citar: o acentuado crescimento do mercado de produtos limpos atraiu para o setor uma parcela de empresários, rurais e urbanos, a maioria não identificada com o que aqui se denomina ideário agroecológico; a necessidade premente de reprodução econômica da agricultura familiar que obriga esse setor e seus aliados a buscarem alguma forma de inserção no mercado, muitas vezes não acompanhada de reflexão sobre o papel desse mercado na construção de um desenvolvimento rural sustentável; a falta de apoio público para o redesenho das redes de comércio hoje estabelecidas - centralizadas e oligopolizadas - seguramente também contribui para esse quadro.

No entanto, precisa-se perceber que esta opção das ONGs de assessoria vem gerando conflitos com os agricultores e suas organizações, pois estes tem preferido buscar inserção em diferentes mercados como possibilidade de dar vazão a maior escala de produção e atendendo a um aumento da demanda por produtos diferenciados (Silveira, 2010)..

As feiras agroecológicas são as estruturas de comercialização diretas que são geralmente utilizadas pelos agricultores gaúchos para escoarem sua produção, buscando principalmente a eliminação de intermediários, diminuindo dessa forma a apropriação da renda por parte de terceiros e as assimetrias de informações nas relações comerciais. Este tipo de comercialização e segundo as ONGs a melhor forma de comercialização, pois evitaria a entrada no mercado convencional.

Neste discurso das ONGs de assessoria, têm-se, portanto, as feiras-livres de comercialização de alimentos orgânicos como estruturas praticamente imprescindíveis para a continuidade dos princípios que regem este modo alternativo de produção agrícola.

Para Schultz (2001), a feira tem como objetivo promover de forma pública a comercialização de alimentos orgânicos (humanizar as relações comerciais), eliminando intermediários, estimulando integração e a troca de experiências entre produtores, sendo o local onde se criam fortes vínculos entre os produtores e consumidores, resultando em uma certificação solidária do que atuam na produção, industrialização, comercialização e nos serviços de apoio e assistência técnica.

O grande problema da comercialização em feiras, segundo Schultz (2001), é que este tipo de estratégia demanda dos produtores um grande esforço, pois, ao mesmo tempo, que precisam de mais tempo na lavoura para aumentarem a produção e atenderem a demanda crescente, precisam também dispor de um tempo maior nas feiras para comercializarem seus próprios produtos, já que a quantidade de produtos e o número de locais de venda está naturalmente aumentando. Este fato se torna uma dilema para o produtor de alimentos ecológicos (orgânicos), que visualizando o mercado em expansão e a necessidade e o objetivo de aumentar a escala de produção, precisa também atender uma outra atividade, que é a comercialização. Esta atividade, mesmo quando feita no sistema de rodízio com outros produtores devido à organização da produção e comercialização de alimentos orgânicos ser através de associações ou cooperativas, torna-se um limitador à expansão dos negócios.

Pode-se afirmar, portanto, que mudanças estão ocorrendo no mercado de produtos orgânicos, onde novos canais de comercialização estão aos poucos sendo exigidos pelos consumidores e pelos produtores rurais, sendo que estes desejam aumentar a escala de produção à medida que o mercado cresce e passam a ter um melhor domínio sobre as novas técnicas agroecológicas de produção.

METODOLOGIA

A metodologia estudada foi o estudo de caso nas experiências da COOPAECIA(Ipê-RS), CAPA- Santa Cruz, CETAP- Passo Fundo por serem importantes experiências em agroecologia no estado do Rio grande do Sul.

Fundada em 1989, a **Cooperativa AECIA(COOPAECIA)** surge a partir das discussões estimuladas pela Pastoral da Juventude Rural da Igreja Católica de Antônio Prado/RS e pelo Centro de Agricultura Ecológica de Ipê/RS, acerca dos problemas causados pela agricultura industrial e pela poluição ambiental causada por máquinas, insumos, o empobrecimento dos agricultores e o êxodo rural.

O trabalho da Cooperativa AECIA e as suas conquistas tem servido de referência para inúmeros grupos de agricultores familiares e técnicos interessados na Agricultura Ecológica. Ao longo de sua existência, a AECIA recebeu dezenas de estagiários e centenas de visitas nas propriedades de membros do grupo, além de ser convidada para proferir palestras em diversos locais do Brasil e do exterior.

O **CAPA(CENTRO APOIO AO PEQUENO AGRICULTOR)** de Santa Cruz do Sul (RS) iniciou suas atividades no ano de 1987, com a transferência do escritório que havia em Arroio do Tigre. Esta transferência teve dois motivos básicos: a necessidade de estar em um centro maior e o início de um intenso trabalho com grupos de agricultores das localidades de Alto Castelhanos, Fontoura Gonçalves e Boa Esperança (então pertencentes à Santa Cruz, hoje município de Vale do Sol). Estes grupos resultaram na União Serrana de Agricultores, a primeira organização que o núcleo ajudou a criar. Outras frentes de trabalho desta época era o apoio ao Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), no município de Dona Francisca e o trabalho com o resgate das sementes de milho variedade nos municípios de Ibará e Dona Francisca.

O CETAP é uma organização da sociedade civil criada em 1986. Desde o início tem em sua constituição a participação de sindicatos de trabalhadores rurais,

cooperativas, associações de agricultores familiares e movimentos sociais do Rio Grande do Sul. Constitui-se como entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública e com Fins Filantrópicos.

Sua criação foi motivada pela percepção e necessidade de mudança de uma realidade de crise sócio-ambiental cujas tendências apontavam para o agravamento. Na região do planalto gaúcho, a chamada “revolução verde” (que trouxera a “modernização conservadora” da agricultura) já apresentava seus efeitos mais dramáticos: o aumento das desigualdades sociais no campo associado à aceleração da degradação ambiental pelo processo agrícola (especialmente evidentes na erosão e contaminação do solo, na contaminação da água, dos alimentos e dos trabalhadores rurais, na erosão genética). Diante disso, técnicos, agricultores e suas organizações buscaram na criação do CETAP um espaço para a construção de uma outra proposta tecnológica, de organização da produção e de desenvolvimento rural.

O CETAP tem a missão de contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, particularmente atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos.

Sua equipe de trabalho, composta por profissionais das ciências sociais, agrárias e da educação, orienta as ações por uma visão sistêmica nas unidades de produção e pelo conjunto de aspectos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) que compõem a realidade rural, buscando que os agricultores sejam sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

PAULO FORAM FEITA ENTREVISTAS COM OS RESPONSÁVEIS PELA PARTE DE COMERCIALIZAÇÃO DAS TRES EXPERIÊNCIAS

RESULTADOS

O trabalho encontra-se em desenvolvimento, mas já se pode notar duas visões de comercialização de produtos agroecológicos. Uma voltada para a venda as grandes redes e ao mercado nacional e outra voltada a uma visão mais de um mercado local evitando assim entrar nas grandes redes de comercialização.

As mudanças que vem ocorrendo e que não se busca apenas a feira como canal de comercialização dos produtos, mas sim também os canais regionais, estaduais e nacionais (Merenda escolar, venda de produtos para grandes redes de mercado).

Quanto a organização todos os grupos têm trabalho de forma associativista e cooperativa.

Referenciais Bibliográficos

ALMEIDA, J. A Agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado [2007]. Disponível em <<http://www.agroeco.org/brasil/material/agroecobrasil-jalcione.pdf>>. Acesso em 26 set. 2007

ALMEIDA, J. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Ed.UFRGS,1999.

ALMEIDA, J. Agricultures alternatives, entre autonomie politique et ghettoïsation. In Zanoni, M. et Lamarche, H. (coord). Agriculture et ruralité au Brésil; un autre modèle de développement. Paris: Karthala, 2001.

ANGULO, J.L.G. Mercado local, produção familiar e desenvolvimento: estudo de caso da feira de Turmalina, Vale do Jequitinhonha, MG Revista de Administração da UFLA, Lavras, São Paulo, Julho/Dezembro p. 96-109, 2003.

ARL, V. Agroecologia: uma proposta em construção. Agroecologia em Santa Catarina. 1(2), 20-23, 1999.

ARL, V.; M., N.J. Agroecologia e certificação. Esteio, 2000. 4 p. (mimeo; Comunicação apresentada ao IV Encontro da Agricultura Familiar do Sul do Brasil).

ASSIS, R.L. de. *Diagnóstico da agricultura orgânica no Estado do Rio de Janeiro e propostas para a sua difusão*. Itaguaí, 1993. 154 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 1993

BADALOTTI, R.M. *A cooperação agrícola e agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais*. 2003. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2003.

BALERINI, H. *Método para implementação de cadeia produtiva para a comercialização de produtos orgânicos*. 2005. Dissertação (Mestrado XXXXXXXX) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2005.

BITTENCOURT, G.A.; Di Sabbato, A. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. Brasília: MDA/Incra, 2000.

BRANDENBURG, A. *Agricultura familiar, ONG's e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed.UFPR, 1999.

BYÉ, P.; Schmidt, W. et al/. *Transférabilité des systèmes de certification des techniques locales/*. Montpellier-Limoges, 2001. (Projeto de Pesquisa ? Fonds commun INRA-CIRAD 2001/02). Trabalho apresentado ao workshop *Les formes sociales d'exercice des activités agricoles à l'épreuve de la modernité avancée*, do XIX Congresso da European Society for Rural Sociology, Dijon (França), 3-7, setembro de 2001. Tradução de Vanice Dolores Bazzo Schmidt.

CETAP - Centro de tecnologias alternativas populares. *Construindo uma metodologia para o desenvolvimento rural sustentável*. In Almeida, J.; Navarro, Z. (org.), *Reconstruindo a agricultura; idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável/*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

COSTA NETO, C. *Ciência e saberes: tecnologias convencionais e agroecologia*. *Agroecologia e Desenvolvimento Sustentavel*. Porto Alegre, v.1, n.2, 2000

COSTA NETO, C. *Agricultura não-convencional, biodiversidade e sustentabilidade: a alternativa agroecológica*. In: *Desenvolvimento Rural: tendências e debates contemporâneos*. Froehlich, José Marcos (orgs) Ijuí: Ed: Unijuí, 2006 192p

COSTABEBER, J.A. *Accion colectiva y procesos de transición agroecológica em Rio Grande do Sul, Brasil* Universidad de Córdoba, Espana, 1988.

DA COSTA, M. B. B., *A agricultura moderna e sua crítica: uma saída em relação às vertentes da agricultura alternativa*. In: *Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa, Anais*, Londrina, IAPAR, 1984.

DA SILVEIRA, C. A., Almeida, J., *Tendências na regulamentação da agricultura orgânica: um estudo comparativo dos casos da Califórnia setentrional e da Região Sul do Brasil*. In: *X World Congress of Rural Sociology, Anais*, Rio de Janeiro, 2000.

DEL PINO, M. Certification: como encontrar una alternativa apropiada localmente? Hoja a hoja del Maela, 4 (6), 1994.

DIAS, C. Movimentos sociais e agricultura alternativa. In I Seminário regional de agricultura alternativa, Anais, Lavras: Feab Regional 3, 1986.

DIAS, M. M.; Diesel, V. A proposta das ONG brasileiras para o desenvolvimento rural; uma avaliação crítica. In: X World Congress of Rural Sociology, Anais, Rio de Janeiro, 2000.

DO CARMO, M. S. La productiuron familiale como locus idéal de lagriculture durable. In: Zanoni, M.; Lamarche, H. (coord). Agriculture et ruralité au Brésil; un autre modèle de developpement. Paris: Karthala, 2001.

DOS SANTOS, L. C. R. Criada em SC a Rede Ecovida de Agroecologia. Agroecologia em Santa Catarina. 1(2), 4-5, 1999.

DULLEY, R. et al. Passado, ações presentes e perspectivas futuras da AAO Associação de Agricultura Orgânica, São Paulo, Brasil. In: X World Congress of Rural Sociology, Anais, Rio de Janeiro, 2000.

III Ebaa - Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Anais. Cuiabá: Faeab/Feab, 1987.

EHLERS, E. /Agricultura sustentável; origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

FIORIT, L. A produção e consumo de alimentos orgânicos como construção social da natureza natural. In: X World Congress of Rural Sociology, /Anais/, Rio de Janeiro, 2000.

FONSECA, M. F. A C.; Feliconio, A. E. G. A rede de produção e comercialização de alimentos orgânicos in natura no Brasil: avanços e retrocessos. In X World Congress of Rural Sociology, Anais, Rio de Janeiro, 2000.

JUNQUEIRA, A.H.; LUENGO, R.F.A. de. Mercados diferenciados de hortaliças. Horticultura Brasileira, Brasilia- DF, v.18, n.18, p. 95-99, 2000.

LAZZARINI, S. G. Estudos de caso para fins de pesquisa: Aplicabilidade e limitações do método. In: FARINA, E. (Coord.). *Estudos de Caso em Agribusiness*. São Paulo: Pioneira, 1997.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing*, São Paulo: Atlas, 1993.

MEIRELLES, L. /Certificação e dominação/. Ipê: CAE-Ipê, sd.. 4p.

MEIRELLES, L. /Certificação e comercialização de Produtos Agroecológicos/. Ipê: CAE-Ipê

MEIRELLES, L. Revista Agriculturas - v. 1 - no 0 - setembro de 2004.

MESQUITA, Z. *Agricultores e consumidores de produtos orgânicos: uma aproximação necessária* In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 1., 2003, Porto Alegre, RS. CD-ROM

OLIVETTE, M. P. de A., NOGUEIRA, E. A., MELLO, N. T. C. de. *Emprego e renda: o processo participativo como instrumento para o desenvolvimento regional*. São Paulo, SP. Revista Informações Econômicas, v. 30, n. 10, Outubro-2000.

PINHEIRO, S. et al. *A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil*. Porto Alegre: Ed. dos autores, 1993.

REDE TA-SUL - Rede Tecnologias Alternativas Sul. *Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro*. In Almeida, J.; Navarro, Z. (org) *Reconstruindo a agricultura; idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1997.

SALDANHA, L. J. *Relato da construção de integração entre as ONG's históricas brasileiras ligadas à agricultura orgânica e do processo participativo de elaboração do texto das normas dos produtos orgânicos junto ao MARA*. Porto Alegre, 1999. 3p. (mimeo; não publicado).

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. *Metodología de la Investigación*. México: Panamericana Formas e Impresos S.A., 1994.

SCHMIDT, W. *Agricultura orgânica; entre a ética e o mercado. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. 2(1), 2001.

SCHMIDT, W. et al. *Desenvolvimento local em espaços rurais; a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina*. In Paulilo, M.I.; Schmidt, W. (org.) *Agricultura e ruralidade em Santa Catarina*. Florianópolis: EdUFSC, 2001 (no prelo).

SCHULTZ, G. *As cadeias produtivas de alimentos orgânicos do município de Porto Alegre/RS frente à evolução das demandas do mercado: lógica de produção e/ou de distribuição*. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agronegócios. UFRGS, Porto Alegre, 2001

SCHULTZ, G. *Relações com o Mercado e (Re) Construção das Identidades Socioprofissionais na Agricultura Orgânica* Tese de doutorado em Agronegócios Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). 2007

YIN, R.K. *Case Study Research : Desidn and Methods*. Newbury Park : Sage Publications, 1990.